Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 132: DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - LEI N. 9.784/1999 2

"T UFTFT BQSFTFOUBEBT GPSBN FMBCPSBEBT BQ¯T QFTRVJTB OB CBTF EF EBEP
BUVBMJ[BEB BU¥

&TUF QFSJ¯EJDP OŸP ¥ VN SFQPTJU¯SJP PGJDJBM EF KVSJTQSVE¦ODJB

EDIÇÃO N. 132: DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - LEI N. 9.784/1999

1. No âmbito de recurso ordinário, a decadência administrativa prevista no art. 54 da Lei n. 9.784/1999 pode ser reconhecida a qualquer tempo e *ex officio*, por se tratar de matéria de ordem pública, sendo indispensável seu prequestionamento nas instâncias especiais.

Julgados: AgInt no AREsp 629004/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 13/06/2019; AgRg no RMS 25489/AC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 29/06/2015; AgRg no REsp 1212942/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 02/09/2014; EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1399071/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 24/02/2014; AgRg no REsp 1122154/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2012; AgRg no REsp 931724/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 15/10/2007 p. 351;

2. Diante da ausência de previsão legal, o prazo decadencial de cinco anos do art. 54, *caput*, da Lei n. 9.784/1999 é insuscetível de suspensão ou de interrupção, devendo ser observada a regra do art. 207 do Código Civil.

Julgados: AgInt no AgRg no REsp 1580246/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 18/04/2017; AgRg nos EDcl no REsp 1409018/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 11/03/2015; REsp 1103105/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 16/05/2012; REsp 1148460/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 28/10/2010;

(Vide Legislação Aplicada Lei 9.784/1999 - Processo Administrativo - Art. 54)

3. A superveniência da Lei Distrital n. 2.834/2001 não interrompe a contagem do prazo decadencial iniciado com a publicação da Lei n. 9.784/1999, uma vez que sua única finalidade é aplicar, no âmbito do Distrito Federal, as regras previstas na referida lei federal.

Julgados: AgRg no REsp 797106/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 01/10/2015; EDcl no REsp 1134395/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 02/09/2013; AgRg no REsp 1092202/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 18/04/2013; AgRg no REsp 1111843/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2011; AgRg no Ag 1196717/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJe 22/03/2010; AREsp 188526/DF (decisão monocrática), Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, publicado em 18/02/2016;

4. O prazo decadencial para que a administração promova a autotutela, previsto no art. 54 da Lei n. 9.784/1999, aplica-se tanto aos atos nulos, quanto aos anuláveis.

Julgados: AgInt no REsp 1749059/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 28/05/2019; AgRg no AgRg no AREsp 676880/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/12/2018; AgInt nos EDcl no REsp 1624449/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 27/03/2018; AgInt no REsp 1248807/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 07/10/2016; AgRg no REsp 1366119/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 12/08/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 648) (Vide Legislação Aplicada Lei 9.784/1999 - Processo Administrativo - Art. 54)

5. As situações flagrantemente inconstitucionais não se submetem ao prazo decadencial de 5 anos previsto no art. 54 da Lei n. 9.784/1999, não havendo que se falar em convalidação pelo mero decurso do tempo.

Julgados: REsp 1799759/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 29/05/2019; MS 20033/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 01/04/2019; RMS 51398/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/03/2019; REsp 1647347/RO, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 17/12/2018; AgInt no REsp 1538992/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 13/11/2018; RMS 56774/PA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 29/05/2018;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 115 - TEMA 4) (Vide Legislação Aplicada Lei 9.784/1999 - Processo Administrativo - Art. 54) (Vide Repercussão Geral - Tema 839)

6. O prazo previsto no art. 54 da Lei n. 9.784/1999 para a administração rever seus atos não pode ser aplicado de forma retroativa, devendo incidir somente após a vigência do referido diploma legal.

Julgados: AgInt no REsp 1749059/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 28/05/2019; MS 20033/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 01/04/2019; EDcl no AgInt no AREsp 169867/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 09/10/2017; AgInt no AREsp 598068/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 23/08/2016; AgRg no REsp 1563235/RN, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 24/02/2016; AgRg nos EDcl no AREsp 196105/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/11/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 463) (Vide Legislação Aplicada Lei 9.784/1999 - Processo Administrativo - Art. 54)

7. A Lei n. 9.784/1999, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da administração pública federal, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria. (Súmula n. 633/STJ)

Julgados: AgInt no REsp 1642879/GO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/06/2019; REsp 1684556/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 09/10/2017; AgRg no AREsp 345831/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 21/06/2016; EDcl no REsp 1525330/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 23/06/2015; RMS 21866/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 27/04/2015; AgRg no AREsp 201084/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/08/2013;

(Vide Súmula Anotada N. 633/STJ)

8. Em se tratando de atos de que decorram efeitos patrimoniais contínuos, como aqueles decorrentes de pagamentos de vencimentos e de pensões, ocorridos após a entrada em vigor da Lei n. 9.784/1999, nos quais haja pagamento de vantagem considerada irregular pela administração, o prazo decadencial de cinco anos é contado a partir da percepção do primeiro pagamento indevido, consoante o § 1º do art. 54 da Lei n. 9.784/1999.

Julgados: REsp 1758047/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 21/11/2018; AgRg no AREsp 150977/GO, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 18/06/2015; AgRg no REsp 1452180/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 12/08/2014; REsp 1533515/RS (decisão monocrática), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, publicado em 27/06/2019; REsp 1575541/SC (decisão monocrática), Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, publicado em 12/04/2019; REsp 1636406/RN (decisão monocrática), Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, publicado em 26/02/2019;

(Vide Legislação Aplicada Lei 9.784/1999 - Processo Administrativo - Art. 54)

9. É possível interromper o prazo decadencial com base no art. 54, § 2º, da Lei n. 9.784/1999 desde que haja ato concreto, produzido por autoridade competente, em prol da revisão do ato administrativo identificado como ilegal, cujo prazo será fixado a partir da cientificação do interessado.

Julgados: AgInt nos EDcl no REsp 1455630/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 31/10/2017; MS 14259/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 02/03/2016; AgRg nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1413003/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 15/12/2014; EDcl nos EDcl no AREsp 382995/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 04/12/2014; EDcl no MS 12286/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 30/04/2014; MS 19052/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 25/04/2014;

(Vide Legislação Aplicada Lei 9.784/1999 - Processo Administrativo - Art. 54 § 2º)

10. Os atos administrativos abstratos, como as notas e os pareceres da Advocacia-Geral da União - AGU, não configuram atos de autoridade tendentes à revisão das anistias e são, portanto, ineficazes para, por si sós, interromper o fluxo decadencial, nos moldes do art. 54, § 2º, da Lei n. 9.784/1999.

Julgados: REsp 1740184/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 22/04/2019; AgInt nos EDcl no MS 24302/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 14/12/2018; AgInt no MS 14568/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 08/11/2018; AgInt nos EDcl no REsp 1520000/RN, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 14/08/2018; EDcl no MS 18587/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 07/03/2017; AgInt na PET no RE nos EDcl no MS 18590/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 26/10/2016;

(Vide Legislação Aplicada Lei 9.784/1999 - Processo Administrativo - Art. 54 § 2º)

11. Por se tratar de hipótese de ato administrativo complexo, a decadência prevista no art. 54 da Lei n. 9.784/1999 não se consuma no período compreendido entre o ato administrativo concessivo de aposentadoria ou de pensão e o julgamento de sua legalidade pelo Tribunal de Contas, vez que tais atos se aperfeiçoam apenas com o registro na Corte de Contas.

Julgados: REsp 1773739/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 28/05/2019; EDcl no AgInt no REsp 1562307/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 11/12/2018; MS 22289/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 25/10/2018; AgInt no REsp 1476973/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 26/09/2018; AgInt nos EDcl no REsp 1624449/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 27/03/2018; AgInt no RMS 49197/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 02/02/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 508) (Vide Legislação Aplicada Lei 9.784/1999 - Processo Administrativo - Art. 54)

12. O prazo previsto no art. 49 da Lei n. 9.784/1999 é impróprio, visto que ausente qualquer penalidade ante o seu descumprimento.

Julgados: REsp 1682605/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 16/10/2017; AgRg no AREsp 588898/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 06/02/2015; REsp 1398474/ES (decisão monocrática), Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 19/03/2018; REsp 1494872/ES (decisão monocrática), Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 10/11/2017; AREsp 1155311/ES (decisão monocrática), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, publicado em 28/09/2017; REsp 1319560/ES (decisão monocrática), Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, publicado em 30/05/2016;

(Vide Legislação Aplicada Lei 9.784/1999 - Processo Administrativo - Art. 49)